



Portugal, corrupção e o futuro

Segundo o relatório anual da TI (Transparency International), organização não-governamental que produz anualmente o denominado “Índice de Perceções de Corrupção” conhecido como o principal indicador global de medição dos níveis de corrupção no setor público de cada país, Portugal encontra-se na 29ª posição entre 180 países no ranking referente ao ano de 2017.

Abaixo da média europeia, Portugal mantém-se na mesma posição relativamente ao ano anterior, o que não deve ser encarado como uma vitória, embora o pareça. A falta de vontade política em combater esta problemática de frente e com seriedade, vem ao longo dos anos e dos governos que vão passando, criando uma cultura permissiva a crimes de “colarinho branco” no que talvez seja o maior obstáculo ao bom funcionamento das instituições públicas e consequentemente, ao desenvolvimento da economia nacional/regional/local e boa gestão de dinheiros públicos.

Pior do que não existir vontade política e de um plano estratégico nacional não constar da agenda pública dos vários decision-makers, é a deliberada tentativa de fazer crer aos portugueses que a corrupção não existe em Portugal a níveis críticos. Basta relembrar alguns casos recentes que têm manchado a imagem do estado e do sector público nas últimas décadas como as investigações a um ex-primeiro ministro, ex-ministros, juízes desembargadores, altos quadros do Ministério Público, banqueiros, entre outros. São apenas alguns exemplos.

São também visíveis aos dias de hoje, os ataques feitos à justiça portuguesa, onde a separação de poderes que deveria ser intocável e respeitada, entre o poder executivo e judicial, é hoje nada mais do que uma mera alínea presente, na mais



importante e mãe de todas as leis e regimes legais, a Constituição da República Portuguesa. A Procuradora Geral da República é hoje um alvo a abater, por nestes recentes anos ter usado e bem de justiça cega, sem olhar para o estatuto dos cidadãos ou para o seu extrato bancário.

Portugal não pode continuar a ignorar o “elefante na sala”.

É preciso colocar esta temática na agenda pública. É preciso combater a errante leviandade com que casos gritantes de corrupção e outros crimes são encarados pela justiça. Estes constituem um desrespeito de proporções dantescas ao cidadão português, ao estado e serviços públicos em geral, à nação como um todo e a sua reputação internacional. Também a injustiça geracional criada, cujos estragos provocados ao longo de décadas, enfraquecem a democracia, as finanças públicas e a credibilidade da justiça portuguesa aos olhos dos mais jovens que cada vez mais desistem de Portugal por impotência na luta contra este flagelo, esta cultura de cunha e amiguísmo.

A Juventude Social Democrata tem o dever e obrigação de lutar por um futuro melhor para Portugal. Cabe às novas gerações a luta por uma sociedade mais justa e que devolva a dignidade a um país que de tão rica história, levou tantos séculos a conquistar.

A luta contra a corrupção não é só um acto de boa governação, é um acto de legítima defesa, é um acto de patriotismo.

A comissão política da JSD Rio Maior,

1º Signatário: José Ricardo Lopes, Militante nº 189016